



GOVERNO GERAL

O **Governo Geral** representou uma medida político-administrativa adotada pela Coroa Portuguesa (Rei Dom João III), em 1548, a fim de centralizar, administrar, restabelecer o poder e reforçar a colonização no período do Brasil Colônia, após o fracasso das capitanias hereditárias.

← A cidade de Salvador foi construída em 1549, durante o governo de Tomé de Sousa, sendo capital do Brasil até o século XVIII.

Contexto Histórico

Foi a partir de 1500 com a chegada dos portugueses ao Brasil, que começa a relação entre a Colônia (Brasil) e a Metrópole (Portugal). De partida, o intuito principal era conquistar e explorar os locais encontrados no chamado "novo mundo", por meio das expansões marítimas europeias que atravessaram o oceano desde o século XV.

Portugal foi o país pioneiro da expansão marítima-comercial, considerado uma potência militar e econômica dos séculos XV e XVI. O outro país da Península Ibérica, a Espanha, também buscava novas terras e, desde 1492, com a chegada de Cristóvão Colombo na América, a ânsia por dominação e a disputa entre eles se acentuava cada vez mais.

Para tanto, foram necessários alguns acordos firmados entre os países ibéricos (tal quais a Bula Inter Coetera e o Tratado de Tordesilhas), de forma a dividir amistosamente o espaço de exploração e de conquista de cada reino: Portugal e Espanha.

Com efeito, no período pré-colonial (1500-1530), a Coroa Portuguesa, estava mais preocupada em explorar as terras e enviar à metrópole as riquezas e o pau-brasil, baseando-se no sistema de denominado "colônia de exploração".

No entanto, com receio de perder territórios, já que outros europeus tentavam invadir as terras, os portugueses mudaram a estratégia e, a partir de 1530, a Coroa Portuguesa focou no povoamento da região (colônia de povoamento) a fim de evitar as possíveis invasões estrangeiras, reforçando o local.

A partir disso, foi criada as capitanias hereditárias que, no geral, forma ineficazes e logo, propôs-se o sistema do governo geral, comandado pelo governador, que detinha grande autoridade, possibilitando assim a criação de novos cargos políticos com o intuito de dividir as diversas tarefas: ouvidor-mor (assuntos judiciais), provedor-mor (questões financeiras), alcaide-mor (funções de organização, administração e defesa militar) e capitão-mor (questões jurídicas e de defesa).

O governador geral, indicado pelo rei, seria responsável pelo desenvolvimento econômico da colônia, desde criação de engenhos, administração e proteção de terras, inserção dos indígenas na população, dentre outros.

Os três primeiros governadores gerais que administraram o Brasil Colônia foram: Tomé de Souza (1549 a 1553), seguido de Duarte da Costa (1553 a 1558) e Mem de Sá (1558 e 1572). A administração de Tomé de Sousa iniciou o processo de restabelecimento da Coroa Portuguesa nas terras brasileiras. Por conseguinte, Duarte da Costa entrou em diversos conflitos com os indígenas; por outro lado, Mem de Sá, aproveitou para se aproximar dos índios e utilizá-los como força para combater os franceses invasores.

Tomé de Sousa

Tomé de Sousa (1503-1579) foi o primeiro governador geral do Brasil durante o período de 1549 a 1553. Desembarcou no Brasil, em 29 de março de 1549, com cerca de 1000 homens, sendo alguns jesuítas do qual se destaca o Padre Manuel da Nóbrega. O trabalho dos jesuítas no Brasil, foi de catequizar os índios que aqui estavam e transformá-los em cristãos.

No posto de primeiro governador geral do Brasil, fundou a cidade de Salvador, a mando do Rei Dom João III. Na época, a cidade foi fundada com o nome de "São Salvador da Bahia de Todos os Santos" (antiga capitania da Bahia de Todos os Santos - hoje da Bahia), em homenagem a

Jesus Cristo. Essa foi a primeira capital do Brasil e sede da administração colonial portuguesa (governo geral e vice-reinado) durante o período de 1549 a 1763.

Duarte da Costa

Aportou na Bahia em março de 1553 com cerca de 200 pessoas, desde funcionários, profissionais, meninas órfãs (que serviam de esposas para os colonos) e Padres Jesuítas, do qual se destaca José de Anchieta. Seu governo foi marcado por diversos combates com os índios, (Recôncavo Baiano), e outras invasões; realizou expedições de exploração (denominada "entradas"), entrou em conflito com o bispado (primeiro bispo D. Pero Fernandes Sardinha) que condenava a escravidão de índios, fato esse que somente foi resolvido com Mem de Sá, o terceiro governador geral do Brasil.

Outro evento importante realizado durante seu governo foi a fundação do Colégio dos Jesuítas na vila de São Paulo, com o apoio dos padres José de Anchieta e Manuel da Nóbrega, dia 25 de janeiro de 1554. Já no final do período como governador geral, Duarte da Costa tentou combater os franceses em 1555, na baía de Guanabara, no Rio de Janeiro, os quais fundaram a "França Antártica", colônia francesa que durou cinco anos, até a expulsão definitiva no Brasil.

Mem de Sá

Durante o período colonial o sistema de capitanias hereditárias, imposta por D. João III para povoar as terras no Brasil e assim, impedir a invasão de estrangeiros, foi um esquema que fracassou.

Desse modo, a Coroa resolve implementar em 1548 outro sistema, mais centralizador, que ficou conhecido como Governo Geral. O intuito era administrar o país e centralizar o poder político, que estava nas mãos dos donatários, nobres para os quais foram concedidas as capitanias com objetivo central de administrar e povoar a colônia.

Observe que os governadores gerais tinham poder total sobre a colônia, abaixo da Coroa de Portugal. Mem de Sá foi o terceiro governador geral do Brasil, depois do governo de Tomé de Sousa (1549 a 1553) e de Duarte da Costa (1553 a 1558).

Assim, Mem de Sá aportou ao Brasil em 28 de dezembro de 1557 e, quando chegou ao poder, em 1558, teve de resolver problemas do outro governo, os quais sofreram com as invasões estrangeiras, sobretudo dos franceses que se aliaram com tribos indígenas para conquistar as terras dos portugueses. Permaneceu no cargo até 1572, ano de sua morte.

A partir da fase dos **governos gerais**, começou-se o estabelecimento de uma estrutura econômica um pouco mais sofisticada. A montagem dos engenhos de açúcar e do sistema da plantation (latifúndios monocultores), bem como o emprego da mão de obra escrava, inicialmente indígena e, posteriormente, negra (africana), fez parte das decisões do Governo Geral.

Ao mesmo tempo, da então Capitania de São Paulo saíram os empreendimentos conhecidos como bandeiras e entradas, que se caracterizaram pelo desbravamento do interior do país, pelo apresamento de índios e pela ampliação de territórios. A formação da sociedade colonial passou a articular-se a partir desses elementos: economia açucareira, sistema escravista e adentramento [**Entradas e Bandeiras**] no interior do país.

Posteriormente, o ciclo econômico do ouro, no século XVIII, que se concentrou na região Sudeste, sobretudo em Minas Gerais, deu novos contrastes à formação da sociedade brasileira e espaço para novas ideias políticas. Essa formação social culminou também nas famosas Rebeliões Nativistas e Rebeliões Separatistas, das quais se destacaram, por exemplo, a Revolta de Beckman e a **Inconfidência Mineira** com o alferes *Tiradentes*.

A Insurreição Pernambucana, por outro lado, ocorrida em Pernambuco, resultou de uma situação posterior a um período de grandíssima importância para a região Nordeste do Brasil: o período da administração holandesa. Com a União Ibérica, partes do Nordeste brasileiro, sobretudo Pernambuco, foram ocupadas pelos povos flamengos, que lá estabeleceram um desenvolvimento econômico e social nunca visto na colônia brasileira até então. Esse período foi também denominado de **Brasil Holandês**.

A crise do sistema colonial começou a agravar-se na segunda metade do século XVIII, ao mesmo tempo em que a situação da Europa tornava-se convulsiva com o advento da **Revolução Francesa**. Em 1808, a corte portuguesa deixou Portugal em direção ao Brasil, dando início a um novo estágio de sua história, tirando-o da condição de colônia e elevando-o à categoria de **Reino Unido**, junto **com Portugal de Algarves**, acabando com o sistema de **Governo Geral**.